



FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES – FAPS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
ATA Nº 04/2026

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na Sala de Reuniões – virtual, realizou-se reunião ordinária do Comitê de Investimentos. Registrou-se a presença do Presidente do IPAM, Sr. Gustavo da Silva Machado, do Diretor Financeiro, Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto, da Tesoureira do FAPS, Sra. Luciane Maraschin e do representante do Conselho Deliberativo, Sr. Auro Luis da Silva. A Sra. Livia Cristina Brum Ries justificou ausência pois se encontra em período de férias. Como pauta da reunião foram abordados os seguintes temas: a) apresentação do relatório de gestão do mês de março/2026; b) sistemas de compra de títulos públicos e possível deliberação sobre contratação (material para leitura); e c) assuntos gerais. Tratando do primeiro ponto de pauta, Vinícius informou que o FAPS, no mês de março, encerrou com um montante de R\$ 838.998.891,67, ante ao mês de fevereiro que foi de R\$ 825.060.605,72, representando um aumento de 1,68%. Destaca-se que o rendimento do mês compunha a maior parte do montante, correspondendo a R\$ 9.638.549,11, sendo o segundo período de maior rentabilidade no ano. Vinícius destacou ainda que aproximadamente R\$ 9 milhões de reais são rendimentos das aplicações em títulos públicos. Informou, também, que os fundos de renda variável e o multimercado em bolsa americana apresentaram rendimentos negativos, anulando por volta de 60% da rentabilidade dos fundos de investimentos de renda fixa. Desta forma, percebe-se claramente a importância das alocações realizadas em papéis do Tesouro Nacional. Além disso, Vinícius informou que o desempenho negativo da renda variável e do fundo multimercado se deu pelo impasse existente entre Estados Unidos e Irã. A incerteza do impacto da crise político-econômica impacta diretamente a reavaliação dos Bancos Centrais em nível global. O Banco Central Americano decidiu manter a taxa de juros americanos, aguardando informações mais consolidadas sobre os impactos do fechamento do Estreito de Ormuz. Vinícius informou que cada notícia explicitada pelo presidente dos EUA gera uma resposta imediata nas bolsas. Citou como exemplo que, em situação normal, quando a bolsa de valores desvaloriza, o dólar segue em sentido contrário, ou seja, rodando no positivo. Porém, na semana, tanto a bolsa brasileira quanto o dólar têm desempenhado negativamente. Situação que demonstra um cenário adverso dos já vistos anteriormente. Em relação ao BACEN, Vinícius informou que mesmo iniciando o ciclo de corte de juros, os membros mantêm um posicionamento mais conservador e afirma que novos cortes ocorrerão se o cenário econômico permitir. Destacou que as últimas projeções do Relatório Focus demonstram projeção de inflação mais alta. Gustavo complementou informando que as projeções de Selic no final de 2026 e 2027 também já se alteraram, passando para 13% e 11%, respectivamente. Por fim, Vinícius comentou sobre os índices econômicos, dizendo que CDI é o índice de maior rentabilidade no ano, se comparado com o IRF-M que vinha apresentando



desempenho muito favorável, hoje o IRF-M é o menor índice de rentabilidade comparando com IMA-B 5+, IMA Geral e o próprio CDI. Por fim, se apresentou o desempenho da carteira do FAPS que foi de 1,15% ante a meta atuarial mensal de 1,35%. Mesmo sendo o segundo índice abaixo da meta, no ano, o acumulado do desempenho da carteira é de 3,50% ante a meta atuarial de 3,35%. Passando ao segundo ponto de pauta, sistemas de compra de títulos públicos, Vinícius informou que a Assessoria Financeira encaminhou para o Gestor do IPAM link de uma apresentação da Trademate. Vinícius e Luciane participaram da apresentação. Na ocasião, foram mostradas as telas de acesso, simulação de envio de ordem de compra e outros procedimentos. Vinícius informou que o sistema terá isenção de cobrança das taxas até julho de 2027, depois a B3 verificará se continua ou não com a isenção, e destacou que é um processo informatizado/eletrônico do que se fazia com os pedidos de cotação. Comentou, ainda, que é necessário realizar processo licitatório de dispensa ou inexigibilidade para a contratação e, o cadastro e o acesso são feitos totalmente via e-mail com envio dos documentos para análise. Gustavo manifestou dizendo que estava conversando com gestores que utilizam o sistema e que tem recebido elogios sobre o sistema, sendo ele favorável ao processo de contratação. Vinícius disse que a Assessoria Financeira (SMI) enviou e-mail orientando sobre a possibilidade de comprar títulos em mercado primário, conforme o material que foi enviado por e-mail para análise dos membros. Destacou ainda que, para a compra de títulos públicos em mercado primário o FAPS seguiria literalmente a Resolução, sem abrir possibilidade de entendimentos diversos, e apontou que para isso seria necessário apenas alinhar com a Instituição custodiante, neste caso a Caixa. Vinícius comentou que mesmo a Trademate sendo um sistema de plataforma eletrônica, se ficaria na dúvida se este tipo de sistema atenderia ao disposto na nova Resolução. Gustavo comentou que, apesar da demanda, a Previdência não respondeu ao questionamento do FAPS e que a manifestação encaminhada como resposta ao questionamento, não conceitua o que é entendido por plataforma eletrônica. Além disso, Vinícius disse que é mais seguro operacionalizar pela custodiante, até mesmo por ser uma empresa pública. Luciane comentou que se ela tivesse que operacionalizar uma compra de lote de títulos públicos através da Trademate, teria que se fazer um curso para entender melhor, pois a tomada de decisão de efetivar a compra precisa ocorrer em segundos, ou seja, muito rápido. Além disso, são muitas telas a serem preenchidas, o que ela considera um processo complexo. Vinícius concordou com o apresentado pela Luciane e disse, ainda, que a Trademate trabalha com o mercado secundário, o que daria maior flexibilidade de compra, por outro lado, tem-se os calendários de emissão dos papéis pelo Tesouro Nacional, gerando mais facilidade de programação para compra. Gustavo questionou se as instituições financeiras negaria, no sistema da Trademate, a ordem enviada pelo FAPS. Luciane informou que pode ocorrer a negação, mas que conforme apresentado não é comum. Sendo assim, foi proposto que se tenha como prioridade a compra pela custodiante em mercado primário e, em segundo plano pela Trademate, caso não se consiga efetivar com a taxa se que quer no mercado primário. Neste sentido, se buscaria informação de como operacionalizar a compra pela custodiante e, concomitantemente, se buscaria fazer o contrato com a Trademate. A proposta foi aprovada por unanimidade. Auro disse que entende ser mais seguro realizar pela custodiante, sendo que os demais membros



concordaram com a sua fala. Luciane finalizou o assunto dizendo que entende ser mais fácil fechar com uma taxa melhor no mercado primário do que no secundário e sugere que a compra de novos lotes ocorram em junho, uma vez que o Diretor Financeiro gozará férias em maio. Em assuntos gerais, Vinícius informou que em junho teremos a renovação do CRP. No entanto, hoje, o FAPS está com duas irregularidades. Uma delas provavelmente seja pela atualização das faixas de contribuição previdenciária que foi encaminhado ao Ministério da Previdência, mas que eles não aceitaram o Decreto que concedeu o reajuste. Neste sentido, se está aguardando um Decreto Municipal para enviar ao Ministério. O outro ponto é a irregularidade da certificação no comitê de investimentos. Vinícius informou que colocou essas informações pois podem surgir questionamentos e como já falou com o Gustavo, a questão da certificação para contemplar 100% de membros certificados já estava sendo encaminhada. Sendo assim, são dois pontos irregulares, mas que estão em fase de regularização. Auro questionou qual a data limite para fazer a prova. Vinícius disse que o Gustavo teria recebido uma notificação e que talvez eles teriam um prazo oficial para informar. Gustavo disse que o prazo de regularização é até o vencimento do CRP, mas que o ideal seria fazer a prova até 15 de maio. Vinícius completou dizendo que quanto antes obter a certificação melhor, pois o Pedro fez a certificação e o sistema do Ministério não buscou ainda de forma automática. No entanto, um membro do Conselho Fiscal fez em dezembro e o sistema já alimentou a informação automaticamente. Desta forma, destacou a importância de se ter um tempo de segurança. Por fim, Gustavo deixou consignado que na última semana de abril, provavelmente, será assinado o contrato com a empresa Águia, que auxiliará na implantação do Pró-Gestão. Nada mais havendo a relatar eu, Vinícius de Vargas Bacichetto, encerro a presente Ata que será assinada por mim e pelos demais membros do Comitê de Investimentos. Esta Ata também serve como atestado de participação na reunião para fins de ausência laboral.